



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Face ao anúncio precipitado, a meio da epidemia do novo tipo de coronavírus, do aumento significativo das propinas nas instituições de ensino superior, o Governo deve reavaliar a razoabilidade desse aumento.

No passado dia 10, o Governo anunciou o aumento significativo, entre 25 e 75%, das propinas da Universidade de Macau a partir do ano lectivo de 2022/23, e revelou também que o Instituto Politécnico de Macau e o Instituto de Formação Turística de Macau iam aumentar as propinas, situação que suscitou acesa discussão na sociedade. Como pretexto para a tomada da decisão de aumento das propinas, o Governo recorreu a um “estudo cauteloso por três instituições públicas de ensino superior e à ausência de actualização das propinas durante vários anos”.

Muitos encarregados de educação dirigiram-se, de imediato, ao nosso escritório para pedir ajuda, alegando que se vão deparar com uma grande pressão económica devido ao acesso dos seus filhos ao ensino superior no corrente ano lectivo. Desde o retorno de Macau à mãe-pátria, o aumento dos salários dos residentes em geral tem estado muito aquém do aumento do preço dos produtos e do custo de vida, portanto, este aumento das propinas vai resultar num aumento drástico da pressão dos pais.

A Universidade de Macau é uma instituição pública de ensino superior, e todos os anos beneficia de financiamento substancial do Governo, e para aumentar as suas receitas, pode aceitar tarefas adicionais. A par disso, em 2020, os fundos e a reserva da Fundação para o Desenvolvimento da Universidade de Macau ultrapassaram 1,7 mil milhões de patacas, que deveriam ser utilizados, em primeiro lugar, para a formação dos jovens de Macau, por isso, é extremamente irrazoável recorrer ao



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

aumento significativo das propinas para transferir os custos com o ensino para as famílias dos residentes de Macau.

Nos últimos dois anos, Macau foi severamente perturbada pela epidemia e alguns membros das famílias locais perderam os seus empregos devido a uma onda de encerramentos e paragens das empresas. Tendo em conta que o coronavírus continua a sofrer mutações, não é possível prever com precisão qual vai ser o desenvolvimento da epidemia. Assim sendo, as perspectivas do desenvolvimento de Macau são ainda incertas e creio que a economia de Macau não vai conseguir, até ao final de 2022, regressar às suas condições normais.

Ao mesmo tempo, devido à gravidade da epidemia nos países estrangeiros, os estudantes do Interior da China voltaram a sua atenção para as instituições de ensino superior de Macau, que receberam um grande número de candidaturas de não residentes, resultando numa escassez de vagas. A decisão de aumentar significativamente as propinas reflecte um desejo de gerar o máximo de receitas possíveis devido ao aumento súbito das candidaturas, mas, as instituições públicas de ensino superior de Macau não devem ser geridas numa perspectiva comercial.

Mais, as propinas das instituições de ensino superior são cruciais para a formação de talentos, porém, o Governo tomou unilateralmente uma decisão precipitada sem consultar, previamente, as respectivas associações juvenis de Macau, o que priva, evidentemente, tais associações e outros interessados da oportunidade de manifestarem as suas opiniões.

O Governo recorreu apenas à não actualização das propinas durante vários anos como pretexto para proceder ao seu aumento significativo. Olhando para as instituições de ensino superior de países desenvolvidos, verifica-se que as propinas são, de facto, muito mais baixas do que em Macau, mesmo antes do referido aumento.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Por exemplo, na República Checa, as instituições de ensino superior são gratuitas, não cobram propinas; na Alemanha cobra-se apenas 100 euros a título de "taxa administrativa"; na Áustria e no Luxemburgo, que são dos países mais desenvolvidos e com custos de vida elevados, oferecem-se programas de mestrado por apenas 400 euros por ano; entre os países escandinavos, as instituições de ensino superior da Suécia são gratuitas, apenas cobram uma propina nominal de 100 euros; na Finlândia são gratuitas; e na Noruega, até os estudantes internacionais estão isentos de propinas.

As políticas educativas destes países desenvolvidos reflectem claramente o grande desejo dos seus governos, o de cultivar os jovens através das instituições de ensino superior, em vez de "colocarem o carro à frente dos bois" e de tratarem a educação como uma indústria, aumentando as receitas através das propinas, como é, actualmente, o caso de Macau.

Assim sendo, interpelo o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, de uma forma clara, precisa, coerente, completa e em tempo útil, sobre o seguinte:

1. As instituições públicas de ensino superior em Macau, como por exemplo a Universidade de Macau, têm vários meios para, indirectamente, gerarem receitas, por exemplo, o desenvolvimento de projectos de investigação e estudo a pedido de serviços públicos, incluindo a recolha de opiniões dos residentes sobre as políticas e medidas adoptadas, e a angariação de fundos, através de diversos canais, pela Fundação para o Desenvolvimento da Universidade de Macau. O Governo, quando pensou em aumentar as propinas, deveria ter tido em conta essas receitas indirectas, a fim de evitar o aumento da carga financeira



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

sobre os residentes. Por que razão é que não o fez?

2. Apesar de se estar no meio da epidemia do novo tipo de coronavírus, o Governo autorizou o aumento significativo das propinas, uma medida que tem implicações com os interesses dos jovens. O Governo não auscultou, previamente, as associações juvenis e insistiu em aumentar, significativamente, as propinas, sem ter em conta os efeitos decorrentes do súbito aumento da taxa de desemprego e do declínio contínuo da qualidade de vida dos residentes devido à suspensão do emprego. Porquê?
3. Cultivar jovens talentos locais é factor de elevada importância no âmbito da política de formação de talentos, portanto, as instituições públicas de ensino superior não devem funcionar segundo um modelo de negócio. O Governo deveria tomar como referência as propinas cobradas pelas instituições públicas de ensino superior dos países europeus desenvolvidos acima mencionados e proceder a uma reavaliação da razoabilidade do aumento significativo das propinas das instituições públicas de ensino superior em Macau. Já o fez?

11 de Janeiro de 2022

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

José Pereira Coutinho